

ALGUMAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA ORTOGRAFIA PORTUGUESA DESDE 1911 ATÉ O ACORDO DE 2009²

Regina Schio (UFSM)

RESUMO

Neste trabalho faz-se um levantamento bibliográfico sobre a ortografia da língua portuguesa e descrevem-se algumas alterações ocorridas desde a primeira normatização ortográfica (1911) até o Acordo de 2009, em que será abordada principalmente a questão da hifenização. O acordo de 2009 teve a abrangência dos países lusófonos, ou seja, os países que utilizam o português como língua oficial, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Palavras- chave: Ortografia. Língua portuguesa. Alterações.

1. Introdução

A palavra *ortografia* vem do grego *orto*, que significa reto, direito, correto, normal e *grafia* que significa a representação escrita de uma palavra. Segundo o *Dicionário Houaiss*, ortografia é “o conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras”. A escrita é um dos instrumentos de comunicação entre os indivíduos, sendo assim, ao longo dos tempos, foram sendo realizadas reformas ortográficas com o objetivo de unificar e simplificar a escrita entre os países que utilizam o português como língua oficial.

Este Artigo apresenta considerações sobre algumas mudanças efetuadas na ortografia da língua portuguesa, descrevendo as principais alterações ocorridas na ortografia, desde 1911 até o recente Acordo Ortográfico

² Artigo acadêmico apresentado ao curso de Letras/EAD – Português e Literaturas, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Letras – Português e Literaturas. Santa Maria, RS, Brasil, 2011, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Evelyne Patrícia Figueiredo de Souza Costa.

fico, em 2009.

2. Referencial teórico

2.1. História da ortografia

A ortografia da língua portuguesa é regida por um conjunto de normas oficiais sob a forma de acordos ortográficos. No início do século XX surgiu em Portugal e no Brasil a intenção de estabelecer um modelo de ortografia que pudesse ser usado como referência nas publicações oficiais e no ensino em ambos os países, iniciando-se assim um longo processo de tentativas de convergência das ortografias usadas em cada país.³

No ano de 1943, realizou-se em Lisboa um encontro entre os dois países, com o objetivo de uniformizar os vocabulários já publicados, o da Academia das Ciências de Lisboa, de 1940, e o da Academia Brasileira de Letras, de 1943. Deste encontro resultou o Acordo Ortográfico de 1945, que, no entanto, apenas entrou em vigor em Portugal, não tendo sido implantado no Brasil, que continuou a reger-se pelas regras expostas no *Vocabulário Ortográfico* de 1943⁴.

Devido às dificuldades de escrever as palavras baseando-se na fonética, alterações ortográficas foram necessárias, pois, dessa forma, o registro ortográfico seria igual, embora cada cultura mantivesse suas peculiaridades na língua falada, ou seja, a reforma ortográfica tem valor somente para a grafia, deixando livre a fala que varia conforme a cultura, o povo e a localidade em que estão inseridos. Bechara (2009) afirma que:

Nenhuma ortografia no mundo é perfeita. As ortografias têm sempre, de todas as línguas, seus percalços, suas insuficiências. Agora, quando a diferença entre Portugal e Brasil estiver apenas no nível da grafia, aí o acordo unifica. Mas há fatos que são de língua, que não são de ortografia. Ortografia é convenção, língua é um fato. Quando se trata de fatos da língua, então a ortografia variará não só na comparação Portugal e Brasil, mas também dentro do próprio Portugal e dentro do próprio Brasil. O acordo é somente para a realidade escrita e não para a realidade pronunciada (p. 27).

A ortografia de língua portuguesa sofreu várias alterações desde sua primeira formulação. A primeira normatização de que se tem notícia

³ Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo>>.

⁴ *Idem*.

aconteceu em 1911, quando o filólogo Gonçalves Viana defendeu a simplificação da língua e seu distanciamento do latim. Inicialmente, o Brasil adotou a ideia, mas logo retrocedeu na decisão ao recuperar o uso do “ph” e “ch”. No início da década de 1930, um projeto de simplificação foi mais uma vez elaborado, contudo, o governo de Getúlio Vargas anulou o padrão. Somente quatro anos mais tarde, por pressão dos professores, algumas novidades foram incorporadas.

As alterações sofridas pela língua portuguesa, a partir de 1911 até os dias atuais foram: a substituição do ph, th, rh e y por f, t r e i, com a finalidade de simplificar e padronizar a escrita. A implantação das letras k, y e w ao alfabeto, que antes do acordo de 2009 eram usados somente em nomes próprios e em algumas palavras abreviadas.

Não se utiliza mais o acento circunflexo na vogal tônica fechada “o” em palavras paroxítonas. O acento diferencial deixa de existir em palavras homógrafas paroxítonas. O trema deixa de existir, exceto em nomes próprios ou nomes registrados em cartório.

Segundo Silva (2009), a ortografia no Brasil começou a ser objeto de preocupação quanto à necessidade de normatização em 1901, quando o acadêmico José Medeiros de Albuquerque, por questões econômicas, propôs a criação de uma comissão destinada à fixação da ortografia. Essa comissão era composta por: Medeiros e Albuquerque, Silva Ramos e José Veríssimo.

Em 1906, foi nomeada outra comissão, composta por: João Ribeiro, José Veríssimo e Silva Ramos. Nenhuma das comissões produziu efeitos significativos, pois, anos mais tarde, o acadêmico Medeiros e Albuquerque afirma: “Foi em 1907 que a academia Brasileira se ocupou pela primeira vez com a ortografia. Partiu de mim a iniciativa para esse ato.” Essa normatização foi aparentemente adotada com bastante rapidez para as publicações da academia, ou seja, foi uma pequena normatização simplificadoras do sistema usual, sem pretensão de ser completa e cientificamente fundada em todos os aspectos de filologia e de fonética.

Em 1911, houve uma proposta de acordo ortográfica entre as academias do Brasil e de Portugal, mas essa proposta não foi aceita, na assembleia geral devido à falta de acadêmicos participantes. O assunto foi tratado em outra reunião em janeiro de 1912, mais uma tentativa frustrante. Até então, o Brasil utilizava a normatização simplificada da usual, elaborada em 1907.

Em maio de 1923, Brasil recebeu a visita do presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, que tinha a intenção de propor um acordo ortográfico interacadêmico, não gerando resultados positivos. Conforme Silva (2009), no ano de 1926:

Academia Brasileira de Letras começou a utilizar o sistema estabelecido pelo filólogo Laudelino Freire no *Formulário Ortográfico de Língua Portuguesa*. Essa simplificação ortográfica não ultrapassa de maneira suficiente a ortografia usual, afastando-se da ortografia oficial portuguesa como também da grafia acadêmica de 1097/1911 (p. 33).

Em 1929, houve um regresso da Academia Brasileira de Letras ao sistema de 1907. Esse sistema foi a base para as alterações ortográficas. Em 1931, Brasil e Portugal assinam, através de suas academias, o primeiro acordo ortográfico entre os países.

A partir desta data, Brasil e Portugal assumem uma importante decisão ao iniciarem um processo ortográfico Luso-Brasileiro que visa à implantação de uma única ortografia oficial entre os países.

2.2. Alterações ocorridas

2.2.1. Primeira normatização ortográfica

Em 1911, ocorreu a primeira normatização ortográfica oficial, liderada pelo filólogo Gonçalves Viana que defendeu a simplificação da língua e seu distanciamento do latim, a fim de unificar e simplificar a escrita entre Brasil e Portugal, pois, até então, não havia qualquer registro de normas ortográficas, o que causava constrangimento entre os escritores e leitores da época, já que cada grupo social adotava uma forma de escrever certas palavras.

Essa normatização ortográfica, segundo Silva (2009), ocorreu devido ao pedido do empregado da Imprensa nacional, José Antonio Dias Coelho, ao administrador-geral dessa empresa, Luís Carlos Guedes Deruet, pedindo que se estabelecesse uma ortografia única, de preferência o sistema proposto por Gonçalves Viana, a fim de economizar papel e tempo na edição dos materiais impressos nesta empresa.

A partir do pedido de Coelho, foi nomeada uma comissão incumbida do estabelecimento de uma ortografia oficial e única. Essa comissão era composta por: Carolina Michaelis de Vasconcelos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, Antonio Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho, e José Leite de Vasconcelos. Estas pessoas pertencentes à comissão

decidiram convocar mais seis pessoas: Antonio José Gonçalves Guimarães, Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e Manuel Borges Grainha.

Conforme Silva (2009), a comissão reunia-se semanalmente até o fim dos trabalhos em agosto de 1911, exceto Carolina Michaelis de Vasconcelos, por não residir em Lisboa, mas participava através de cartas. Silva (2009), afirma que:

O ministro mandou publicar o relatório da comissão, sendo publicado este e as bases da ortografia foram publicadas tanto no Diário do governo, na portaria de 12 de setembro de 1911, como em separata. Ordenou ainda que fosse adotado o sistema ortográfico proposto, estabelecendo um prazo máximo de três anos para a sua adaptação em livros de ensino, devendo ser elaborado um vocabulário ortográfico e uma cartilha (p. 35).

Em 1915, a academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia com a portuguesa. Somente em 1931, Brasil e Portugal decidiram pôr em prática o primeiro acordo ortográfico, mas houve divergências em alguns aspectos, não sendo possível a implantação das regras de ortografia. Entretanto, as autoridades continuavam trabalhando para que houvesse um entendimento entre os países quanto a esse aspecto.

2.2.2. Acordo de 1943

Em 1943, ocorreu uma convenção que não regulamentava a ortografia como sistema de regras, mas estabelecia as bases legais para que este sistema pudesse ser alterado pelas academias.

O acordo foi aprovado pela Academia Brasileira de Letras quando o 'ph, th, rh e y' foram substituídos por 'f, t, r, i' e o 'ch' com valor de 'k' foi substituído por 'qu' antes de 'e, i' e por 'c' em qualquer outra situação. Exemplos: *pharmácia*: *farmácia*; *athmosfera*: *atmosfera*; *rhádio*: *rádio*; *hydrographya*: *hidrografia*. *Chrystão*: *cristão*. Nos ditongos abertos tônicos 'éi, éu, ói', usa-se o acento agudo. Exemplos: *carretéis*, *chapéu*, *jóia*.

Recebe acento circunflexo no penúltimo 'o' fechado do hiato 'oo', nas palavras paroxítonas: Exemplos: *Abençôo*, *enjôo*, *vôo*. Emprega-se o acento diferencial (acerto e acêrto). Recebem acento agudo os vocábulos com mesma grafia (*pára* e *para*); emprega-se o trema (*agüentar*).

2.2.3. Acordo de 1945

Em 1945, as Academias do Brasil e de Portugal reuniram-se em Lisboa para um novo acordo chamado “Convenção Ortográfica Luso-Brasileira”, mas o Brasil não aceitou as diretrizes e normas apresentadas. Em Portugal, o acordo foi adotado, contudo, Brasil continuou fiel ao acordo de 1943. Segundo Tersariol (2009),

Em 1971, foi promulgadas leis no Brasil – o que diminuiu as divergências ortográficas entre os dois países. A lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971, aboliu o trema nos hiatos átonos (saúde, vaidade); Foi abolido o acento circunflexo diferencial na letra “e” e na letra “o” da sílaba tônica das palavras homógrafas de outras em que são abertas as letras “e” e a letra “o” (colher, enfermo), com exceção a palavra “pôde” por oposição a “pode”. Foi abolido o acento circunflexo com o qual se assinalava a sílaba subtônica dos vocábulos derivados em que possuía o sufixo “mente” (cômodamente) ou sufixos iniciados por “z” (ôvozito) (p. 45).

2.2.4. Acordo de 1975

Em 1975, a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras reuniram-se na tentativa de uma nova reforma. Conforme Silva (2009),

Tanto o fato de Portugal ter sido uma democracia recém-criada e cheia de problemas internos, enquanto o Brasil, no tempo das negociações, ainda se encontrava em regime de ditadura militar, como também a existência, em ambos os países, de demasiados problemas de outra natureza podem ter sido decisivos para impedir naquele momento um novo empenho oficial em questões ortográficas. Sejam quais tenham sido as razões, o resultado do projeto de 1975 foi nulo, ou seja, os resultados dos trabalhos apenas foram aproveitados para servir de base para projetos posteriores (p. 33).

2.2.5. Acordo de 1986

Em 1986, foi realizado, no Rio de Janeiro, um importante encontro entre Brasil, Portugal e a comunidade lusófona que tinha como meta a unificação ortográfica. Desta vez, Portugal não se conformou com tanto radicalismo e complexidade no emprego do hífen, por conta disso, o acordo entre os países envolvidos não se efetivou.

2.2.6. Acordo de 1990

Em 1990, a academia de Lisboa promoveu um novo encontro com

a presença do Brasil e demais países que utilizam a língua portuguesa como meio de comunicação. Nesta reunião, foram apresentadas algumas modificações na redação do encontro de 1986. Essas mudanças foram aprovadas e ratificadas pelos representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e posteriormente por Timor Leste – esses países constituem a comunidade lusófona – (BECHARA, 2010, p. 14).

2.2.7. Acordo de 2009

Em 2009, estabeleceu-se o “Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”. O objetivo principal desse acordo foi a normatização gráfica. Esse acordo gerou polêmica entre gramáticos, escritores e professores de língua portuguesa. Segundo o Ministério de Educação, o Acordo Ortográfico apresenta os seguintes aspectos positivos:

A medida deve facilitar o processo de intercâmbio cultural e científico entre os países que falam Português e ampliar a divulgação do idioma e da literatura portuguesa. Dentre os aspectos positivos apontados pela nova reforma ortográfica, destacam-se ainda: redução dos custos de produção e adaptação de livros; facilitação na aprendizagem da língua pelos estrangeiros; simplificação de algumas regras ortográficas (p. 52).

Os aspectos negativos da reforma ortográfica, segundo o Ministério da Educação são: “Todos que já possuem interiorizadas as normas gramaticais, terão de aprender as novas regras; Surgimento de dúvidas; Adaptação de documentos e publicações (p. 45)”. Antônio Houaiss (1991), o principal negociador brasileiro do Acordo Ortográfico, afirma que:

Portugal, Brasil e os cinco países africanos de língua portuguesa reconhecem que a inexistência de uma única ortografia oficial traz não apenas dificuldades de natureza linguística, mas também de natureza política. Daí o esforço desses países em efetivar o novo acordo (p. 12).

2.2.8. Alfabeto

Essa reforma é marcada pela volta das letras “k, w e y” ao alfabeto, tornando a ter 26 letras, contando com a presença dos seguintes dígrafos: “rr, ss, ch, nh, gu e qu” e do “c” cedilhado (ç). O alfabeto atual, conforme o novo acordo ortográfico é o seguinte:

a A (á)	n N (ene)
b B (bê)	o O (ó)
c C (cê)	p P (pê)
d D (dê)	q Q (quê)
e E (é)	r R (erre)
f F (efe)	s S (esse)
g G (gê ou guê)	t T (tê)
h H (agá)	u U (u)
i I (i)	v V (vê)
j J (jota)	w W (dáblio)
k K (ká)	x X (xis)
l L (ele)	y Y (ípsolon)
m M (eme)	z Z (zê)

2.2.9. Trema

O trema foi eliminado, da ortografia, não interferindo na pronúncia das palavras, assim como o acento nos ditongos abertos “ei e oi” das palavras paroxítonas. Ex.: *linguiça, ideia, como*, por exemplo, na frase: “Frederico teve a ideia de passarmos no parque.”

2.2.10. Acentos

Eliminou-se o acento circunflexo da vogal tônica fechada “o” em palavras paroxítonas. Ex.: *perdoo, enjojo, abençoo*, como por exemplos em frases: “Eu lhe perdoo por ter posto meu estojo no lixo, minha irmã.”; “A mulher que estava grávida apresentava sintomas de enjojo.”; “Meu filho, eu te abençoo todos os dias com todo o meu amor.”

O acento diferencial em palavras homógrafas paroxítonas deixa de existir. Ex.: *para* (verbo) e *para* (preposição), como exemplo em frases: “Esqueci de ligar para o diretor da escola.” (preposição); “Para de brincar que isso é assunto sério.” (verbo).

O “e” tônico fechado, em hiato com a terminação “em” da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo, não recebe o acento circunflexo, é o caso de: “creem, leem.”, como exemplos em frases: “Os alunos do 3º ano leem muito.”; “Os seguidores da igreja católica creem que em 2012 terá mais fé e devoção entre a humanidade”.

O acento agudo no “i” e no “u” tônicos nas palavras paroxítonas, quando precedidos de ditongo é eliminado. Exemplo: *baiuca, feiura*, como exemplos em frases: “Você comprou aquela baiuca pensando que era

nova?"; "A fisionomia daquele homem é de uma feiura indescritível".

Já o acento agudo permanece em palavras que não possuem ditongos e também nas palavras proparoxítonas. Exemplos: maiúsculas, minúsculas, como exemplos em frases: "As letras maiúsculas são usadas para escrever nomes próprios."; "As letras minúsculas são as mais usadas em textos manuscritos".

A letra minúscula inicial é usada nos pontos cardeais. Exemplos: leste, oeste, norte, sul, como exemplos em frases: "Segundo a previsão do tempo, marca chuva para toda a região leste do país."; "O oeste é onde o sol se põe".

Os nomes próprios registrados em cartório não são obrigados a se adaptarem ao novo acordo ortográfico. Exemplo: Andréia, Thiago, Alpheu, como exemplos em frases: "A nossa colega Andréia é dona do prédio em que moro."; "Minha prima escolheu o nome para seu bebê: Thiago."; "Alpheu é uma grande professor de língua portuguesa".

3. O uso do hífen

O hífen é um sinal de pontuação utilizado para ligar os elementos de palavras compostas e para unir pronomes átonos a verbos e, também, para fazer a translineação de palavras, isto é, no fim de uma linha, separar uma palavra em duas.

O hífen serve para: ligar as partes de palavras compostas: belo-horizonte, beija-mão, entra-e-sai, tira-gosto; ligar verbos e pronomes: vi-re-se, peço-lhe, beijei-a; separar sílabas: tran-sa-tlân-ti-co, or-to-gra-fi-a (TERSARIOL, 2009, p. 42). A primeira menção sobre o uso do hífen ocorreu em 1945.

O novo acordo discute: "Na Base XXVIII: o uso do hífen nas palavras compostas; na Base XXIX: o uso do hífen nas palavras compostas com prefixos de origem grega ou latina; na Base XXX: o uso do hífen nas palavras com sufixos de origem tupi-guarani; na Base XXXI: o uso do hífen nas flexões do verbo haver ligado à preposição de; na Base XXXII: o uso do hífen em encadeamentos vocabulares".

A hifenização é marcada por dúvida, incerteza, ou seja, quem não utiliza o dicionário com frequência, acaba tendo dificuldades ao usá-lo. Com o novo acordo, o emprego do hífen tornou-se mais simples.

O hífen é mantido nas palavras compostas por justaposição cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade semântica com acento próprio. É o caso das seguintes palavras: arco-íris, norte-americano, guarda-chuva, como exemplos em frases: “Quando chove e logo aparece o sol, o arco-íris surge lindo no céu.”; “Devido à chuva forte, comprei um guarda-chuva”.

Usa-se hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas. Como em espécies de flores, animais e hortaliças (vitória-régia, formiga-branca, couve-flor), como exemplos em frases: “Na horta de Maria tem um pé de couve-flor florescido.”; “Na Amazônia existe muita vitória-régia”.

O hífen é empregado nas formações por prefixação e recomposição de origem grega ou latina. Conforme Priberam [s/d]:

Emprega-se hífen quando o segundo elemento da formação começa por h ou pela mesma vogal ou consoante com que termina o prefixo ou pseudoprefixo (por exemplo: anti-higiênico, contra-almirante, hiper-resistente); Emprega-se o hífen quando o prefixo ou falso prefixo termina em m e o segundo elemento começa por vogal, m ou n (por exemplo: circum-murado, pan-africano). As restantes regras são formuladas em termos de unidades lexicais, como acontece com oito delas (ex-, sota- e soto-, vice- e vizo-; pós-, pré- e pró-). Noutros casos, porém, uniformiza-se o não emprego do hífen, do modo seguinte: Nos casos em que o prefixo ou o pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, estas consoantes dobram-se, como já acontece com os termos técnicos e científicos (por exemplo: antirreligioso, micro-sistema); Nos casos em que o prefixo ou o pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente daquela, as duas formas aglutinam-se, sem hífen, como já sucede igualmente no vocabulário científico e técnico (por exemplo: antiaéreo, aeroespacial) (p. 2).

Neste aspecto, as regras de 1945 são mantidas. O hífen não é empregado nas formas conjugadas monossilábicas do verbo “haver” seguido da preposição “de” no presente do indicativo. (hei de, há de), como exemplo em frase: “Após o Acordo Ortográfico, como hei de escrever?” (BECHARA, 2010, p. 26).

O hífen é empregado em vocábulos derivados por prefixação cujo prefixo termina pela mesma vogal com que se inicia o segundo elemento. (micro-ondas, contra-ataque, anti-inflamatório). Geralmente, para memorizar essa regra, costuma-se dizer que duas vogais iguais se repelem, portanto o uso do hífen é essencial, como exemplos em frases: “Aqueça seu café no micro-ondas.”; “Após a cirurgia, o médico receitou-lhe anti-inflamatório de seis em seis horas.” (BECHARA, 2010, p. 27).

Constata-se, também, a seguinte exceção: Não se aplica essa regra aos prefixos “-co”, “-pre”, “-re”, mesmo que a segunda palavra comece com a mesma vogal que termina o prefixo. (coobrigar – coadquirido – coordenar – reeditar – preeminência – proinsulina), como por exemplos em frases: “O presidente da câmara deve coordenar a palestra”; “A editora deve reeditar o livro ainda esse ano” (BECHARA, 2010, p. 14).

O hífen não é utilizado nas palavras em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por “r” ou “s”, que se duplicam, formando dígrafo. (contrarregra, cosseno, extrassolar), como exemplos em frases: “O cosseno é uma função trigonométrica.”; “Júpiter é um planeta extrassolar” (BECHARA, 2010, p. 14).

O hífen não é empregado nas palavras em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente. (coeducação, autoajuda, extraoficial, autoaprendizagem). Neste caso, para memorização, diz-se que vogais diferentes se atraem, dispensando o uso do hífen, como exemplos em frases: “Vou convocar Vossa Senhoria para uma reunião extraoficial.”; “A autoaprendizagem depende da motivação do aluno.” (BECHARA, 2010, p. 15).

Emprega-se o hífen quando o prefixo terminar em consoante e a segunda palavra começar com a mesma consoante. (inter-regional, sub-bibliotecário, super-resistente), como por exemplos em frases: “A videira é super-resistente ao vento.”; “O sub-bibliotecário deve chegar nesta semana de viagem”.

Emprega-se o hífen quando a palavra tem o prefixo “-sub”, diante de palavras iniciadas por “r”. (sub-regional, sub-raça, sub-reino), como na frase: “No mapa encontra-se um exemplo de área sub-regional, em amarelo” (BECHARA, 2010, p. 15)

Com os prefixos “pre” e “re” não se usa o hífen, mesmo diante de palavras começadas por “e”. (preexistente, preelaborar, reescrever, reedição), como exemplos em frases: “A professora sugeriu ao aluno reescrever o texto.”; “Este livro é fruto de uma reedição” (BECHARA, 2010, p. 16).

Usa-se o hífen diante dos falsos prefixos “-além, -aquém, -bem, -ex, -pós, -recém, -sem, -vice. (além-mar, aquém-mar, recém-nascido, sem-terra, vice-diretor), como exemplos em frases: “O menino recém-nascido está se alimentando bem”; “O vice-diretor da escola foi fazer compras no supermercado.”; “O ex-prefeito faleceu em um acidente de

trânsito nesta semana” (BECHARA, 2010, p.16).

O hífen é usado diante do advérbio “mal”, quando a segunda palavra começar por vogal ou “h”. (mal-humorado, mal-intencionado, mal-educado), como por exemplos em frases: “O Marcos acordou mal-humorado hoje”; “Aquele rapaz é mal-educado, pois não obedece a sua mãe”.

O hífen não deve ser usado diante do advérbio “mal”, quando a segunda palavra começar por consoante. (malfalado, malgovernado, malpassado, maltratado, malvestido), como por exemplos em frases: “O cachorro abandonado está sendo maltratado por moradores do bairro.”; “O professor de matemática estava malvestido na festa” (BECHARA, 2010, p. 16).

Usa-se hífen nos prefixos “-circum” e “-pan”, diante de palavras iniciadas por “vogal, m, n ou h”. (circum-navegador, pan-americano, circum-hospitalar, pan-helenismo), como por exemplos em frases: “Os jogos do pan-americano acontecerá no Japão.”; “Nas férias será realizado uma circum-navegação” (BECHARA, 2010, p. 16).

Usa-se hífen nos sufixos de origem tupi-guarani, representados por “-açu”, “-guaçu”, “-mirim”. (jacaré-açu, cajá-mirim, amoré-guaçu), como na frase: “No pantanal existe jacaré-açu”.

Não se emprega o hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por consoante diferente de “r” ou “s”. (ante-projeto, autopeça, contracheque, extraforte, ultramoderno), como por exemplos em frases: “A autopeça mudou de endereço”. “O herbicida utilizado na plantação de soja é extraforte.”; “O professor adquiriu um computador extramoderno para a escola” (BECHARA, 2010, p. 17).

O hífen não deve ser usado quando o prefixo termina em consoante e a segunda palavra começa por vogal ou outra consoante diferente. (hipermercado, hiperacidez, intermunicipal, subemprego, superinteressante, superpopulação), como por exemplos em frases: “O hipermercado da capital estava lotado neste final de semana.”; “A reportagem de Dráuzio Varella estava superinteressante.”; “O ônibus que faz a linha intermunicipal foi assaltado por volta das dez horas” (BECHARA, 2010, p. 17).

4. Algumas alterações ocorridas na ortografia portuguesa

A primeira normatização ortográfica da língua portuguesa ocorreu

em 1911. Desde então, foram feitas várias tentativas de reformas, com a intenção de simplificar e uniformizar a escrita, entre os países da comunidade lusófona.

Ortografia antes de 1911/1943	Ortografia atual 2009
Phosphoro	Fósforo
Lyrio	Lírio
Orthographia	Ortografia
Diphthongo	Ditongo
Psalmo	Salmo
Prohibido	Proibido
Annuncios	Anúncios
Appellido	Apelido
Architectura	Arquitetura
Bibliotheca	Biblioteca
Bocca	Boca
Collecção	Coleção
Columna	Coluna

5. Metodologia

Este trabalho foi realizado por meio de levantamento bibliográfico, observando as principais alterações ocorridas na ortografia da língua portuguesa desde a primeira normatização (1911) até o Acordo Ortográfico efetivado em 2009, em que foi dado maior enfoque na hifenização das palavras.

6. Considerações finais

Com o passar do tempo, a ortografia evoluiu, isto é, houve mudanças na grafia de várias palavras com a intenção de torná-las mais fáceis e simples, distanciando-se do latim, do qual o português herdou muitos vocábulos.

O português é a sexta língua mais falada do mundo. Isso certamente justifica a preocupação em unificar a escrita entre os países lusófonos, isto é, com a unificação ortográfica, a língua escrita se torna uma só em tantos lugares diferentes e com culturas e costumes diferenciados.

O que pode ocorrer entre os países é a variação linguística, ou seja, cada povo possui características da fala do local onde mora. Porém, a grafia da língua será a mesma, havendo exceções em alguns casos como, por exemplo: nomes de pessoas e ou empresas (registrado em cartório) e

nomes estrangeiros.

Portanto, este trabalho realizado por meio de levantamento bibliográfico, buscou descrever o percurso dos muitos acordos e normatizações que instituições brasileiras e portuguesas traçaram ao longo do tempo objetivando uma unificação ortográfica. A partir dessa descrição, outro aspecto pode ser trabalhado e pesquisado, tal como a questão política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MICHAELIS, Douglas Tufano. *Guia prático da nova ortografia*. Disponível em:

<http://www.sisbin.ufop.br/download/Guia_Reforma_Ortografica_Melhoramentos.pdf>. Acesso em: 29 set. 2011.

MONTEIRO, Rosemeire; PINHEIRO, Marilene Barbosa – *Unificação ortográfica: Da proteção à Difusão*. [s/d].

OLIVEIRA, Fernão de. *Um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009.

PHEIFER; Avelar. *Acordo ortográfico da língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 2009.

PORTAL da língua portuguesa. Disponível em:

<<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

POSSENTI, Sírio (IEL- UNICAMP) – *Sempre a ortografia*. Campinas: UNICAMP. Disponível em:

<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/especial_ao/04_011.php>.

REFORMA ortográfica. Disponível em:

<http://www.soportugues.com.br/secoes/acordo_ortografico>. Acesso em: 28 out. 2011.

SILVA, José Pereira da. *Um século de ortografia oficial da língua portuguesa*. XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e realizado no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, vol. XV, nº 03 – Livro dos minicursos. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, p. 9-20. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/minicursos/01.pdf>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SILVA, Maurício – *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009.

TERSARIOL, Alpheu. *Como era e como fica o novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Fapi, 2009.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, [s.d.].